

Novembro 2014

JURISPRUDÊNCIA NACIONAL RELEVANTE

- INSOLVÊNCIA -

Acórdão do Tribunal da Relação de Guimarães, de 23 de outubro de 2014

Processo especial de revitalização – Administrador judicial provisório – Destituição

A lei não prevê qualquer prazo para as diligências do administrador judicial. Na falta de qualquer outra indicação e na ausência de outro prazo que seja fixado por despacho judicial, gozará do prazo geral de 10 dias previsto no art.º 149º do CPC ex vi do art.º 17º do CIRE.

A justa causa é sempre alguma circunstância ligada à pessoa ou a uma conduta do administrador que, pela sua gravidade inviabilize, em termos de razoabilidade, a manutenção das suas funções e deverá ser apreciada em concreto, face à factualidade que se provar, tendo em conta os vários aspetos relacionados com o exercício das suas funções.

Constitui justa causa de destituição a conduta da administradora judicial que, apesar de notificada por cartas de 28.2, 19.03., 04.04 e 06.05, todas do ano 2014, para dar cumprimento ao disposto na parte final do nº 4 do art.º 17º-G do CIRE, na sequência de parecer no sentido de que a devedora se encontrava em situação de insolvência, apenas apresenta a petição escrita a requerer a insolvência da devedora em 5.06.2014, não tendo dado qualquer justificação até essa data para o seu silêncio, protelando a definição da situação da devedora.

Acórdão do Tribunal da Relação de Guimarães, de 27 de outubro de 2014

Exoneração do passivo restante – Rendimento disponível

A exoneração do passivo restante não pode ser vista como a possibilidade de o insolvente se libertar, quase automaticamente, da responsabilidade de satisfazer as obrigações para com os seus credores durante o período de cessão, estando antes em causa determinar o estritamente necessário para o sustento do devedor e do seu agregado familiar, e não necessariamente manter



o nível de vida que tinham antes da declaração de insolvência.

Pressupondo a exoneração do passivo restante a cessão de rendimento disponível, tal não é compaginável com a exclusão deste de valor superior ao rendimento efetivamente auferido pela devedora (pede o montante de € 700 mês, todavia antes da declaração de insolvência vivia com os 485 € mês que recebia), sob pena de se poder configurar uma situação de fraude, má-fé ou até de um prémio.

- COMERCIAL -

Acórdão do Tribunal da Relação de Coimbra, de 22 de outubro de 2014

Sociedade comercial – Declaração de insolvência

A declaração de insolvência não extingue de per si a sociedade; tão só, priva-a do poder de administrar e de dispor de bens que, a partir daquele momento, passam a integrar a massa falida que é administrada pelo liquidatário judicial. Assim, após declaração de insolvência, as

sociedades comerciais mantêm personalidade judiciária; esta só se extingue com o registo do encerramento da liquidação.

[Acórdão do Tribunal da Relação de Guimarães, de 23 de outubro de 2014](#)

Sociedade comercial – Administrador – Responsabilidade civil

A responsabilidade dos gerentes/administradores no quadro normativo do art.º 78º do CSC deve qualificar-se como responsabilidade extracontratual, exigindo a verificação dos pressupostos da responsabilidade civil por factos ilícitos, não se presumindo a culpa, recaindo sobre o credor social o ónus de provar os factos integradores da responsabilidade civil.

A inobservância de normas legais do direito societário constitui um dano direto da sociedade, desde que se verifique o necessário nexo de causalidade e um dano indireto dos credores sociais, desde que resulte diminuição e o património da sociedade se torne insuficiente para a satisfação dos respetivos créditos.

Deve entender-se por património insuficiente para satisfação dos respetivos créditos, fórmula utilizada no art.º 78º do CSC, a insuficiência do ativo líquido disponível em relação ao passivo exigível.

Provado que o administrador da sociedade R. vendeu três frações de que a sociedade era proprietária aos seus filhos, não se tendo provado que a verba proveniente dessa venda não ingressou no património da sociedade, tal venda não constitui um dano direto da sociedade, nem diminui o seu património.

- BANCÁRIO -

[Acórdão do Tribunal da Relação do Porto, de 23 de outubro de 2014](#)

Garantia bancária à primeira solicitação

A garantia bancária à primeira solicitação concilia-se com a norma do art.º 637 nº 1 do Código Civil, o qual tem o seguinte teor: “Além dos meios de defesa que lhe são próprios, o fiador tem o direito de opor ao credor aqueles que competem ao devedor, salvo se forem incompatíveis com a obrigação do fiador”. De facto, embora retire a prerrogativa geral, aí prevista, de o banco poder opor ao beneficiário os meios de defesa que o garantido lhe poderia opor, também é a mesma norma quem faculta a abdicação contratual desse limiar alargado de defesa, por via do trecho final “salvo se forem incompatíveis com a obrigação do fiador”.

A quase impossibilidade contratual de o banco poder opor ao beneficiário os meios de defesa que o garantido lhe poderia opor deve ser a

característica mais importante do contrato tripartido de garantia bancária à primeira solicitação, sendo característica muito peculiar, a tornar particularmente difícil o suprimento da disciplina legal desse contrato.

O art.º 4 nº 1 al. b) do Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras, aprovado pelo art.º 1 do Decreto-Lei 298/92, de 31/12, autoriza os bancos a prestarem garantias, mas esse Regime não regula o contrato de garantia bancária.

A garantia bancária à primeira solicitação é um contrato de intervenção tripartida muito aproximado ao contrato a favor de terceiro para remição de dívida com beneficiário determinado, genericamente regulado pelo art.º 443 do Código Civil, mas pela incompatibilidade primária decorrente da referida caracterização peculiar, também se não deve aplicar a disciplina dos art.ºs 443 e ss do Código Civil nos assuntos da garantia bancária à primeira solicitação.

A intervenção tripartida nos contratos de garantia bancária à primeira solicitação exclui a aplicação do regime específico dos contratos de garantia financeira previsto no Decreto-Lei 105/2004, de 8/5.

- LABORAL -

[Acórdão do Tribunal da Relação de Lisboa, de 5 de novembro de 2014](#)

Acordo de revogação do contrato de trabalho – Cessação do Acordo – Eficácia

Caso o trabalhador, à data de envio da comunicação revogatória do acordo de revogação do contrato de trabalho, no exercício de um direito potestativo a que a entidade patronal não se pode opor ou recusar, já tenha visto ingressar na sua esfera jurídica a compensação ou parcela da mesma acordada e disso tenha conhecimento, deverá devolver em simultâneo com a dita comunicação tal compensação;

Nas situações em que tal compensação pecuniária, na totalidade ou em parte, ainda não ingressou na sua esfera jurídica ou, tendo-o feito, o visado disso não tenha conhecimento (falta de conhecimento que tem de ser apreciado objetivamente, dentro de parâmetros de razoabilidade e experiência comum), o trabalhador poderá enviar, tão-somente, a referida comunicação;

No entanto, mal o trabalhador venha a saber que recebeu tais montantes compensatórios, deverá

providenciar pela sua restituição, em tudo o que tenha sido despoletado pela referida cessação do contrato de trabalho (indenização e prestações que só foram liquidadas em função do termo do vínculo laboral, tais como indemnização, remuneração das férias vencidas mas cujo gozo poderia ocorrer em momento posterior, bem como o respetivo subsídio e ainda os proporcionais das férias, inerente subsídio e subsídio de natal, relativos ao ano do termo, entretanto revogado, da relação laboral);

A simultaneidade exigida pelo regime legal tem que ser interpretada com *grano salis*, em hipóteses como a dos autos, continuando, portanto e mesmo aí, a revogação do acordo revogatório do contrato de trabalho a estar dependente, em termos de eficácia jurídica, da restituição dos montantes/prestações antes mencionados.

- CIVIL -

Acórdão do Tribunal da Relação do Porto, de 23 de outubro de 2014

Indemnização – Danos – Perda de capacidade de ganho

Os danos a indemnizar não incluem aqueles que foram provocados por outrem e que em circunstâncias normais não ocorreriam.

Um cônjuge não pode pedir indemnização por danos verificados em bens em relação aos quais nem sequer alega os factos necessários para que sejam considerados comuns e não próprios do outro cônjuge.

A perda da capacidade de ganho é indemnizada tendo em consideração a aplicação da percentagem dessa perda em relação à remuneração que se recebia, e não pela diferença entre aquilo que se recebia antes do evento lesivo e uma pensão que se passou a receber da segurança social, sendo que, a remuneração a ter em conta é a ilíquida e não a líquida. Salienta-se, ainda, que o que importa é a esperança média de vida e não a idade da reforma.

Aqueles que ficam totalmente incapacitados para o trabalho, embora tenham apenas um défice funcional permanente de 29 + 5 pontos, devem ser indemnizados como se tivessem uma incapacidade de 87,5%.

Ainda hoje no cálculo da indemnização da perda da capacidade de ganho há que ter em consideração, para além do mais, “a evolução provável na situação profissional do lesado, o aumento previsível da produtividade e do rendimento disponível, a melhoria expectável das condições de vida, a inflação provável ao longo do período temporal a que se reporta o cômputo da indemnização.”



Acórdão do Tribunal da Relação de Guimarães, de 23 de outubro de 2014

Contrato de empreitada – Ónus da prova

No contrato de empreitada incumbe ao dono da obra o ónus de alegação e prova da existência dos defeitos, bem como da data do seu descobrimento e efetivação da denúncia.

Acórdão do Tribunal da Relação de Lisboa, de 30 de outubro de 2014

Condomínio – Dever de cuidado – Presunção de culpa

É ilícita a conduta de um condomínio e de uma empresa de manutenção de elevadores contratada por aquele que tendo o dever de vigilância nas circunstâncias dos autos não previram que um elevador se podia imobilizar a uma altura superior à legalmente prevista causadora de um acidente.

Relativamente às mesmas entidades podendo-se considerar-se demonstrada a sua culpa por presunção legal (culpa presumida não ilidida) pode-se assim afirmar também que o sinistro ocorreu devido a condutas suas por violação de um dever jurídico ou por omissão de um comportamento exigido ou pressuposto pela lei, em circunstâncias em que podiam e deviam ter agido diversamente.



cidadãos uma matéria que, encontrando-se porventura sujeita ao segredo de justiça, releva do cometimento de irregularidades graves passíveis de configurar a prática de crimes. Há interesse público. Neste âmbito, o Tribunal Europeu dos Direitos do Homem (TEDH) tem acentuado que a liberdade de imprensa constitui um dos vértices da liberdade de informação, não podendo as autoridades nacionais, por princípio, impedir o jornalista de investigar e recolher as informações com interesse público, e de as transmitir, o que é inerente ao funcionamento da sociedade democrática. Já no que toca ao confronto do segredo de justiça com a liberdade de expressão e de informação, o TEDH tem-se pronunciado contra as restrições à liberdade de expressão que não considera serem necessárias, designadamente quando as informações em causa já sejam públicas.

Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça, de 21 de Outubro de 2014

Direito à honra – Liberdade de Informação – Jornalista – Segredo de Justiça

A prevalência do direito à honra e ao bom-nome, no confronto com o direito à liberdade de expressão e de informação, relativamente a afirmações lesivas do mesmo, não se compadece com as situações em que aquelas afirmações, embora potencialmente ofensivas, sirvam o fim legítimo do direito à informação e não ultrapassem o que se mostra necessário ao cumprimento da função pública da imprensa.

O direito do público a ser informado tem como referência a utilidade social da notícia – interesse público –, devendo restringir-se aos factos e acontecimentos que sejam relevantes para a vivência social, apresentados com respeito pela verdade. Ora, a verdade noticiosa não significa verdade absoluta: o critério de verdade deve ser mitigado com a obrigação que impende sobre qualquer jornalista de um esforço de objetividade e seguindo um critério de crença fundada na verdade.

Embora seja difícil estabelecer o equilíbrio ténue entre o princípio da presunção de inocência, de que todos os cidadãos devem gozar, mormente na fase de inquérito, e o direito à informação, é inderrogável o interesse em dar a conhecer aos

PRINCIPAIS ALTERAÇÕES LEGISLATIVAS

- FISCAL -

Decreto-lei n.º 162/2014, de 31 de outubro de 2014

No uso da autorização legislativa concedida pela [Lei n.º 44/2014](#), de 11 de julho, aprova um novo Código Fiscal do Investimento e procede à revisão dos regimes de benefícios fiscais ao investimento produtivo, e respetiva regulamentação, tendo em vista a promoção da competitividade da economia portuguesa e a manutenção de um contexto fiscal favorável ao investimento, à criação de emprego e ao reforço dos capitais próprios das empresas. Esta matéria será objeto de maior desenvolvimento na próxima Newsletter a publicar no final do presente mês.

- CIVIL -

Portaria n.º 233/2014, de 14 de novembro de 2014

Regulamenta o procedimento extrajudicial pré-executivo e procede à primeira alteração à [Portaria n.º 282/2013](#), de 29 de agosto, que regulamentou vários aspetos das ações executivas cíveis, de modo a adaptá-la à possibilidade de convalidação do procedimento extrajudicial pré-executivo em processo de execução.